

O que está reservado para as crianças brasileiras?

JORNAL DA TARDE

Podem as nossas crianças esperar alguma coisa de bom da futura Constituinte?

Podem sim. Pelo menos se depender das boas intenções dos representantes de dezenas de organismos e entidades que se ocupam do menor, e que ontem participaram de um encontro sobre a criança e a Constituinte promovido pelo Ministério da Educação e transmitido via Embratel a todas as capitais de Estado. No debate que se seguiu, os participantes paulistas lembraram uma dezena de itens que, transformados em leis ou diretrizes, garantiriam às crianças seus direitos essenciais.

Na prática, porém, com a tentativa de ampliar esses direitos, a nova Constituição poderá jogar por terra conquistas fundamentais garantidas às crianças brasileiras.

"Corremos o risco de ter uma Constitui-

ção pior que a de 1946, mais conservadora em seus aspectos fundamentais", adverte Maria Cecília Ziliotto, delegada estadual da Funabem e ex-presidente da Febem. "Esse risco de retrocesso poderia atingir a criança em dois níveis: no primeiro, indireto, ela poderá sofrer as consequências de uma sociedade menos justa, onde os problemas sociais seriam agravados, afirma, Cecília teme, por exemplo, que a futura Assembléia Constituinte recue em questões como o direito à propriedade, a administração da produção, a exploração dos recursos naturais e outros itens que provocarão maior desigualdade social.

No nível direto, Cecília chama a atenção para os grupos de pressão que se estão formando no sentido de reduzir a idade da menoridade para o trabalho de 14 para 12

anos, e para o direito ao voto dos 18 para os 16 anos.

Na prática — explica a delegada da Funabem, referindo-se ao direito ao voto —, isso significa uma redução na faixa etária de responsabilidade civil. Se isso acontecer, o passo seguinte será recuar a idade também para a responsabilidade criminal. Ai então o Estado gastará muito mais na construção e manutenção de penitenciárias.

Cecília Ziliotto lembra que essas mudanças na lei atingirão apenas a população de baixa renda. "Nossos filhos, os filhos de classe média não serão afetados", diz, observando que o debate da Constituinte deveria ser levado para a periferia, pois é lá que estão as maiores "vítimas" ou possíveis "beneficiados" da nova lei.

28 AGO 1986

Essa preocupação em estender o debate da nova Constituição a todas as faixas levou o Ministério da Educação a promover os debates a nível de Estado sobre a criança e a Constituinte. "O menor tem sido lembrado apenas nas campanhas eleitorais e seus problemas nunca foram tratados com a devida atenção", afirmou o delegado do Ministério da Educação em São Paulo, Nelson Boni. Ao final do encontro de ontem, foram escolhidos 43 representantes de entidades particulares, estaduais e municipais que se ocupam do menor, e que deverão reunir sugestões para um documento final a ser encaminhado aos constituintes. "O Ministério da Educação não quer tutelar esta comissão, mas apenas promover o debate que deve ser ampliado a toda a sociedade".

Na prática, esse primeiro encontro re-

JORNAL DA TARDE

velou algumas das dificuldades para se apurar o que de fato deve ser levantado em termos de subsídios para uma Constituinte. Houve mesmo quem citasse Napoleão, lembrando que na opinião do imperador, a educação de uma criança deveria começar ainda no ventre da mãe.

Alguns defenderam o ensino superior pago, como o próprio delegado Boni. Mas houve também esquecimentos: no programa transmitido via Embratel e preparado pelo Ministério da Educação onde se falava de algumas experiências, não foi citada a "Carta de São Paulo" sobre o "menor e a Constituinte", um trabalho de meses, patrocinado pelo Conselho do Menor e que, depois de 25 encontros regionais, reuniu sugestões de quatro mil entidades representadas por 15 mil pessoas.